



ATA N.º 15/XII-1º/2017-18

1 - Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações da Escola Secundária de Emídio Navarro em Almada, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1- Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período da Ordem do Dia

(continuação da reunião anterior)

3.1 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Almada no Conselho Municipal de Segurança;

3.2 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Almada relativas ao ano de 2017;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal para nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município, para o período de 2017 a 2021.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Carlos Manuel Coelho Revés; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mendes de Sousa; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins; Luís Filipe Almeida Palma e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações da Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS) solicitando a substituição no dia 29 de junho, do Senhor Deputado Municipal José Manuel Maia, solicitando a substituição no dia 29 de junho, do Senhor Deputado Municipal Bruno Dias (CDU) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho, da Senhora Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho, do Senhor Deputado Municipal José Lourenço solicitando a substituição no dia 29 de junho, da Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho, do Senhor Deputado Municipal António Proença solicitando a substituição no dia 29 de junho e do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Rodrigues (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento do candidato José Gabriel Guiomar Joaquim; António José Olaio Martins (CDU) por impedimento dos candidatos Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas; António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento dos candidatos José Augusto Tavares Oliveira e Joana Tavares Reis Raposo; José João Santos Mata (CDU; Nuno Fragozo Dominginhos (PSD); Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE).

4.3 - A Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente nas reuniões dos dias 28 e 29 de junho, sendo substituída pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Pragal, Cacilhas e Cova da Piedade comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião dos dias 29 de junho, sendo substituída pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui César da Silva Carvalheira em substituição da Senhora Vereadora Francisca Parreira por motivo de doença, do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pardal Pacheco em substituição da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira por motivo de férias, da Senhora Vereadora Lina Cristina de Matos Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias, por motivos profissionais, do



Senhor Vereador Tiago David Costa Galveias em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal por motivos profissionais e familiar, da Senhora Vereadora Ana Cláudia Alves Dias em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves por motivos profissionais e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente para informação aos Senhores/as Múncipes:

“Senhor Vice-presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais, Senhores/as Múncipes;

Informo os Senhores/as Múncipes, que as Sessões da Assembleia são públicas, e são transmitidas. E, portanto, se algum dos Senhores/as Múncipes desejar colocar um problema, mas pretender que a sua imagem não seja divulgada, deve apresentar a questão por escrito, ou então deve pedir uma audiência para falar comigo num contexto exterior à sessão da Assembleia Municipal.”

5.1.1 – Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), tendo-lhe sido concedida pelo Senhor Presidente:

O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, quando saímos daqui ontem fomos confrontados, quer por emails, quer por mensagem, que mesmo pessoalmente, sobre o porquê da não transmissão da Sessão da Assembleia Municipal, pela TV Almada, contrariando aliás o que tem sido hábito. Só foi possível visualizar a Sessão no facebook, e quem não tem facebook, obviamente não terá acesso a essa visualização. O Bloco de Esquerda pensa que se justifique, no mínimo, uma explicação do porquê da não transmissão pela TV Almada, uma vez que, pelos dados que temos, foi a razão do aumento substancial, gradual, do número de visualizações.”

5.1.2 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Vice-presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aquilo que eu posso dizer, é que tudo o que tem a ver com essa matéria, não passou pelos serviços da Assembleia, portanto, eu não tenho conhecimento de situação que em rigor possa transmitir, vou-me informar e farei chegar depois aos Senhores/as Deputados/as Municipais, aquilo que tiver conhecimento de forma rigorosa e formal.”

5.1.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mas o Senhor Presidente, tinha conhecimento da situação ou não?”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1.4 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Vice-presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu ontem estive aqui ao mesmo tempo que os Senhores/as Deputados/as Municipais, não segui a transmissão em streaming como é normal, cheguei a casa e não tive tempo, hoje de manhã fui trabalhar, não tenho nenhuma informação que possa dar. Agora, obviamente que durante a Sessão foram-me dizendo que havia alguma situação que teria que ser corrigida, e portanto, é isso de me irei informar, e uma vez que a questão foi suscitada pelo Senhor Deputado Municipal e bem, eu irei informar-me devidamente, porque como Presidente da Assembleia não devo aqui dar informações de que não tenha a certeza absoluta. E, portanto, não o poderei fazer, mas comprometo-me obviamente, a perceber o que se passou e a transmitir aos Senhores/as Deputados/as Municipais.”

5.2 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Pedro Oliveira e Nuno Silvestre.

5.2.1 - O Senhor Múncipe Pedro Oliveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os assuntos que venho trazer a esta Assembleia Municipal, são três, e são já do conhecimento da maioria dos membros, quer do Executivo da Câmara, quer dos Senhores/as Deputados/as Municipais. De qualquer forma, como são assuntos que perduram no tempo, sem solução, eu não gostaria de deixar de aqui os mencionar.

Primeiro, relativamente à antiga Escola Primária da Sobreda. O que é que acontece? Durante algum tempo, pelo menos por informações que recolhi, serviu de alguma forma, de armazém para depósito de alguns objetos naquele espaço. Durante o anterior mandato, chegou a estar vedada com fitas, que penso que eram da Proteção Civil. Neste momento, gostaria de informação relativamente ao futuro. O que é que vai acontecer relativamente àquela antiga escola primária? Eu já ouvi quer em Assembleias quer em reuniões de Câmara, que está a ser feito um levantamento de edifícios, a nível concelhio, que estão alguns deles abandonados, sem utilização, e alguns deles também já anteriormente foram referidos, quer nesta Assembleia, quer em anteriores mandatos, como é o caso da Escola António José Gomes na Cova da Piedade. Portanto é um assunto que gostaria de trazer para ter alguma informação.

O segundo assunto, é relativamente ao Mercado do Levante, no Feijó. É um assunto que se arrasta no tempo, sem solução. Não reúne condições mínimas, quer para quem está ali a vender os produtos quer para os utentes. O anterior executivo havia referido, em devido tempo, que havia um projeto de reabilitação do espaço até encontrar um espaço satisfatório em termos de futuro. Também relativamente ao mesmo



gostaria de ter informação, qual é neste momento o ponto da situação em relação ao Mercado do Levante do Feijó, visto que não reúne condições, há problemas de segurança também que se colocam ali com a circulação de veículos, com a travessia de muitos peões, há problemas que não podem deixar aqui de ser referidos.

E por último, é relativamente a um velho assunto, que é a grua que está na rua Eduardo Viana, no Feijó. Portanto, num processo que se arrasta talvez há sete ou oito anos, com a falência da firma que ali tinha uma construção, o que acontece é que a grua ali persiste. Não há forma de ter informação concreta sobre as diligências realizadas, e, portanto, penso que este Executivo, tem também a responsabilidade de saber qual é o ponto da situação. A grua está ali perto de uma escola, com todos os inconvenientes que possam vir a acontecer, e não é caso único no nosso país, em situações de intempérie, haver desastres graves. E, portanto, no sentido de precaver essa situação, é por isso que trago a esta Assembleia também este assunto.”

5.2.2 – O Senhor Município Nuno Silvestre:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui, e vou pedir com certeza a sua condescendência, porque se calhar passo os cinco minutos.

O que me traz aqui, mas antes disso, eu creio que esta Assembleia Municipal, atendendo até ao extrato geográfico que compõe o nosso Concelho, as pessoas que vivem no nosso Concelho, deve aprovar algo a manifestar-se contra aquilo que se passou no Porto, atendendo à nossa comunidade, à comunidade latino americana, que reside no nosso Concelho, que é grande, e particularmente aquela que reside na Costa da Caparica, e que me diz respeito, que me toca a mim, até por razões familiares, eu acho que é absolutamente inconcebível a violência exercida contra aquela luso colombiana. Por isso, agradecia que a Assembleia Municipal de Almada se pronunciasse sobre isso, manifestando o seu voto contra todo este tipo de violência perfeitamente inconcebível que sucedeu.

Mas, o que me traz aqui é o seguinte: primeiro, eu vivo cerca dos Paços do Concelho. Há anos repetidos, que aquelas músicas, aquelas coisas em alto e disparatado som, até às tantas da manhã, me incomodam. Portanto, eu venho aqui a dizer-vos que, basicamente, doem-me os ouvidos. E isto tem que acabar. Eu não estou contra que hajam atividades de rua, de festas, etc. Agora, tenham paciência, que seja o Executivo que analise, quem é contratado, eu não estou para estar a aturar o “atira o pau a não sei quê”, nem “o apito do comboio” e por aí fora, até às tantas da manhã. Não estou!

Segundo ponto que me traz aqui, e porventura, talvez muito mais importante do que os meus ouvidos. Quando chove, ali na Afonso Henriques, até Cacilhas, por causa daquilo que fizeram com o metro, os escoadores de água não funcionam. Hoje bastou estes dois ou três aguaceiros e aquilo transformou-se numa cascata. Portanto, o Executivo que também tenha atenção a este problema.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Outra questão. É completamente inadmissível o serviço mal prestado dos CTT naquela zona da Capitão Leitão, em toda aquela zona da Capitão Leitão. É perfeitamente inadmissível que, reformados, pensionistas, etc., não recebam a porcaria dos vales correio, só porque desde há três meses, só porque os CTT, subcontrataram um fulaninho qualquer, que não cumpre os requisitos minimamente exigíveis. Não é admissível que, uma Senhora com oitenta anos não lhe seja entregue o seu vale de correio.

Finalmente. Eu gostava muito, que o Executivo, atendendo a que vai ser terminada essa parceria com a FERTAGUS, gostava muito de ver a Câmara Municipal associar-se aos protestos, para que esta coisa voltasse a ser da CP.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias (PS).

5.3.1 – O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria dar nota deste primeiro conjunto de três assuntos, três velhos assuntos que nos são aqui trazidos pelo Senhor Múncipe Pedro Oliveira.

Relativamente à Escola da Sobreda, eu creio que há aqui um equívoco quanto à situação da propriedade, mas penso que o Senhor Presidente da Junta poderá dizer algo mais sobre esse assunto.

Relativamente à questão do Mercado do Levante, no Feijó. Estamos absolutamente de acordo, não há condições dignas de exercício da atividade, e há uma série de riscos, nomeadamente riscos para a segurança das pessoas, e naturalmente tem que haver uma intervenção. Parece-me do mais elementar bom senso para tornar aquela atividade, daquele tipo de comércio, pelo menos mais seguro.

E, gostaria também de dizer quanto à questão da grua, na rua Eduardo Viana, assunto que lamento, não conheço, mas que vamos dar nota à Proteção Civil, para que possa avaliar as condições de segurança, e naturalmente tomar as medidas que tiverem que ser tomadas.

Relativamente ao Senhor Múncipe Nuno Silvestre. A primeira situação que reportou primeiro. As moções cabem naturalmente aos diversos grupos partidários que aqui estão. Naturalmente o repúdio em relação a este tipo de comportamentos, a qualquer forma de violência, é total. Motive essa forma de violência o que motivar, em princípio estamos contra. É ainda mais indigno quando se trata de qualquer ato que é baseado em situações de preconceito em situações de cor de pele. Mas, reitero que, qualquer forma de violência, nos parece absolutamente inaceitável, num Estado de Direito como é o nosso.



As questões da música, e com alguma graça falou do “atira o pau” e do “apita comboio”. Eu ainda há pouco saí do edifício da Câmara para aqui, e de facto, não é a primeira pessoa a dar nota deste descontentamento. Sabemos que há uma longa tradição popular neste tipo de festas, sabemos que essa tradição popular tem naturalmente raízes que constituem de alguma forma a nossa identidade. Quanto ao estilo da música, se calhar, posso associar-me, mas, temos que perceber que há, também, nas sociedades mecanismos como este, que constituem as nossas identidades, e que apesar de tudo seria errado, eu estar aqui a dizer que, de alguma forma nos parece que este tipo de festas devam acabar, porque não nos parece de facto. Naturalmente tem que se acautelar as condições de descanso das pessoas, e eu atrevo-me a não comentar a questão da escolha musical.

As questões do escoamento das águas da chuva. Sabemos que se trata de um conjunto de problemas que se calhar são estruturais, e que demorarão algum tempo a corrigir, naturalmente não poderemos deixar de o fazer.

Os serviços dos CTT. Não tinha conhecimento desta situação, mas parece-me que de uma forma geral, aquilo que tem acontecido com os CTT, um pouco por todo o país, não é brilhante. E, portanto, percebo o seu descontentamento, a que em muitos casos me associo também, nomeadamente, com algumas situações de encerramento, de alguns postos em sítios onde acho que fazem falta. No entanto, naturalmente enquanto Município, não temos conhecimento desta situação, nem uma posição conjunta sobre isto.

Relativamente à renegociação dos contratos dos transportes. Há neste momento, e este é talvez o principal assunto sobre o qual nos podemos pronunciar, há, neste momento, conversações entre os diversos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa para encontrar uma solução conjunta, que sirva melhor os utentes, e que sirva todos os Municípios. Estas negociações têm estado a decorrer, é prematuro dizer ainda alguma coisa sobre isto, mas está a encontrar-se uma resposta conjunta, porque nos parece que juntos, os diversos Municípios, independentemente das sensibilidades políticas que os dirigem, juntos têm uma capacidade de intervenção mais forte.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas notas muito rápidas. Uma sobre a questão colocada pelo Senhor Município Pedro Oliveira, relativamente à Escola da Sobreda. Tenho-me preocupado em perceber o que se passa com a antiga Escola da Sobreda, e já consegui perceber que ela não é património da Câmara Municipal, nem é património da Junta de Freguesia. É de uma família da Sobreda. Aquilo que me foi dito, pelos serviços da Junta de Freguesia, já há uns anos que tentou fazer uma doação à Junta de Freguesia, entregá-la à Junta de Freguesia. Estou lá há sete meses, ainda não apareceu ninguém a querer doar. Se quiserem doar, nós aceitamos a Escola com



MUNICIPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

todo o gosto. Vamos procurar também encontrar uma solução para aquele espaço, que é um espaço que nos parece importante, e que deve ser requalificado. No entanto, não esquecer que há um projeto municipal, de alteração daquela zona da Quinta do Juncal, e da Quinta do Guarda Mor. Portanto, há um plano municipal que vai alterar aquela situação, não sei se é possível manter a escola de pé, vamos avaliar depois com a Câmara Municipal.

Relativamente à segunda nota, queria dizer ao Senhor Vice-presidente, em substituição da Senhora Presidente, dar os parabéns e congratular-me pelo início das obras da Chaminé em Vale Figueira, na Quinta do Bom Retiro. Um momento importante, muitos meses de grande preocupação da população sobre uma possível queda daquela Chaminé, já no anterior mandato. Nós conseguimos, sim, agora, tranquilizar a população, que já não vai ruir a Chaminé nem irá acontecer nada.”

5.4 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Vice-presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que estamos em condições de esclarecer a questão que foi há pouco levantada pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha. De facto, não se pode aceder à transmissão no site da TV Almada, porque neste momento não é a TV Almada que está a prestar o serviço de transmissão da Assembleia Municipal. A transmissão em direto neste momento está a ocorrer, eu próprio tive a oportunidades de fazer essa verificação, pode-se aceder à transmissão em direto a partir dos links presentes na página da Assembleia Municipal e também através da página da Câmara Municipal.

Portanto, a explicação é simples, a TV Almada tinha sido contratada para fazer um número limitado de transmissões, entretanto essa contratação terminou e foi feita uma nova contratação, com uma outra empresa, Ricochete Filmes, que está a fazer esse trabalho. Ontem, segundo me disseram, houve alguma dificuldade porque de facto, não houve tempo para preparar as coisas em condições, a empresa foi confrontada com uma situação de grande urgência, pouquíssimo tempo para preparar. Entretanto, de ontem para hoje, as questões já foram ultrapassadas e penso que podemos ter essa satisfação da transmissão estar a ser feita em boas condições. Eu assisti a um bocadinho da transmissão do Senhor Município Pedro Oliveira, e também da intervenção do Senhor Vice-Presidente, e cheguei lá através dos links da página da Assembleia Municipal, como é adequado acontecer.”

6 – Foi declarado aberto o período da Ordem do Dia.

6.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que fora consensualizado na Conferência de Representantes o adiamento da matéria constante do ponto 3.1 da Agenda - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Almada no Conselho Municipal de Segurança, para uma próxima sessão da Assembleia Municipal. Entretanto ficou combinado que as forças políticas fariam chegar



ao Presidente da Assembleia as propostas que foram acordadas acompanhadas de um *curriculum vitae*, e eu farei depois um conjunto de contactos bilaterais com todos os Grupos Municipais, no sentido de se poder chegar a setembro, desejavelmente, com uma lista de consenso a ser votada na Assembleia Municipal. E, portanto, este ponto não é tratado agora, fica adiado para próxima sessão ordinária, em princípio a sessão ordinária de setembro.

6.2- Entrou-se no ponto 3.2 da Agenda relativo a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

6.2.1- Para apresentação da Informação da Atividade Municipal usaram da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Miguel Salvado.

6.2.1.1 – O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu trago aqui um conjunto de pontos que quero destacar. O Relatório e a Informação sobre a Atividade Municipal, é já do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, e naturalmente estando disponível para esclarecer todas as questões e dúvidas, gostaria de sublinhar algumas das atividades, talvez uma ou duas por área, que nos pareceram mais assinaláveis.

Especificamente para a área da salubridade, eu depois pedirei ao Senhor Vereador Miguel Salvado o favor de acrescentar algo que tem a ver também com algumas questões que tem acompanhado de perto.

Quanto às questões da modernização e qualificação dos serviços, criamos uma equipe de missão para a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Como é do conhecimento de todos, há legislação sobre esta matéria que provocou um impacto muito profundo nas diversas estruturas, desde empresas a instituições públicas, que exigem da parte de todas as entidades, um cuidado em muitos casos muito exigente, com as questões da proteção de dados.

Sobre a Divisão Financeira, destacaria o facto de se ter registado uma receita cobrada muito perto dos 24.000.000,00€ (vinte e quatro milhões de euros), face a 12.460.102,81€ (doze milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e dois euros e oitenta e um cêntimos) de pagamentos efetuados.

O Departamento de Recursos Humanos desenvolveu 488 (quatrocentas e oitenta e oito) horas de formação, em áreas tão diversas como a segurança e a higiene, o regime de proteção de dados, a informática e o desenvolvimento pessoal.

O Departamento de Informática implementou dezasseis novos locais de acesso à rede Wifi, e esta expansão continua, num esforço de proporcionar aos nossos munícipes um acesso mais generalizado à rede Wifi do Município.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quanto ao desenvolvimento económico, surgiu um modelo de gestão de património municipal enquanto ativo económico, especificamente para o antigo Presídio da Trafaria.

Também o Plano Municipal para a Promoção da Qualificação, Educação Permanente e Aprendizagem ao Longo da vida, a que demos o nome “Almada Qualifica Mais”, e decorreram já dezoito ações de formação desde o dia três de abril, ações estas que são promovidas por empresas de formação em sedes de associações e de coletividades, e que têm, naturalmente, a divulgação e a agregação desta informação por parte dos serviços municipais e estando esta informação disponível no site da autarquia.

Desenvolveu-se também o “Trafaria (Com) Prova”, uma iniciativa com enorme sucesso, e que foi realizada com uma diminuição do custo global face ao ano passado de 35%. Temos feito um esforço muito grande de contenção dos custos, para fazermos novos projetos. Para lançarmos novos projetos e iniciativas naturalmente, temos que tentar poupar onde podemos.

Gostaria também de dar nota que para a questão do espaço público, qualidade de vida urbana e rede viária se concluiu a empreitada da rampa de acesso à praça da rua da Maçaroca, o tal primeiro despacho da Senhora Presidente; a obra demorou um pouco mais do que era o nosso objetivo, mas está concluída, e está já a ser utilizada por quem precisa de aceder ao Espaço de Juventude do Monte de Caparica. E também a entrega dentro do prazo à APA, da resposta das normas ao POC-ACE – Plataforma da Orla Costeira Alcobça/Cabo Espichel, nos Planos Municipais em vigor.

Gostaria de falar seguidamente das questões da educação, qualificação e conhecimento. Deu-se início à operacionalização do Programa Municipal de Promoção do Sucesso Educativo, “Mais Leitura, Mais Sucesso”. Foram entregues instrumentos musicais às crianças que estão envolvidas no projeto “Outras Bandas”, que é um projeto de educação musical, que decorre em cinco Agrupamentos de Escolas. Arrancamos também com o projeto das Mentorias, e desta articulação com as Universidades Sénior do Concelho. Foram também apresentadas propostas, que visam corrigir ou trazer aqui uma nova dimensão, a prémios que eram dados aos alunos do Ensino Secundário. Eram dados prémios de mérito académico para os alunos com melhores resultados, e decidimos criar um prémio de mérito social e cidadania para alunos que não sendo, ou não atingindo níveis absolutamente extraordinários de resultados escolares, como acontece com aqueles que recebiam prémio de mérito académico, desenvolvem ainda assim, dentro da escola, um papel social assinalável e que achamos que deve ser reconhecido.

Relativamente às atividades do desporto e da juventude. Terminou há muito pouco tempo o 19º Campeonato da Europa de Golfo de Masters Sénior, em que participaram cerca de duzentos e cinquenta atletas de vinte e poucos países da Europa. Tinha a particularidade de ser um campeonato para pessoas com



mais de setenta anos, e que, para se perceber o impacto económico desta atividade no Concelho, o Hotel da Aldeia dos Capuchos, esteve destinado apenas a estes atletas seniores.

Tivemos duzentas e dez iniciativas desportivas no âmbito do programa “Almada Mexe Comigo”. Continuou o programa “Special Ludus”, nomeadamente com a realização do 4º Encontro Desporto Adaptado.

Realizou-se a maior aula de surf do mundo, Almada entrou para o Guinness há dias, com esta iniciativa, que nos foi proposta pelo Tiago Pires, surfista que creio que todos conhecem. E realizamos também o Mundialito de Futebol de Praia, uma iniciativa que trouxe muita gente à Costa da Caparica, mesmo na sexta-feira, dia em que tínhamos algumas reservas, o estádio estava cheio, e que se revelou um enorme sucesso, ainda para mais porque foi ganho pela Equipa Nacional pela Seleção Portuguesa.

Quanto à questão da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública. Destaco a concretização do Plano Diretor de Iluminação Pública previsto no contrato de energia elétrica em baixa tensão no Concelho de Almada, celebrado com a EDP, Distribuição, para a adoção de medidas de eficácia e eficiência energética, nomeadamente a telegestão, a regulação de fluxo e a utilização de iluminação Led.

Quanto ao Departamento de Salubridade e Espaços Verdes, eu deixarei a questão da salubridade para o Vereador Miguel Salvado.

Relativamente aos Espaços Verdes, foi concluído o procedimento concursal para aquisição de serviços de manutenção preventiva em quarenta e nove espaços de jogo e recreio no Concelho de Almada.

A Divisão de Parques Urbanos desenvolveu os projetos de arquitetura e acompanhamento dos processos de lançamento da empreitada de obras públicas para o remate norte do Parque da Paz e também para o Parque Urbano do Pragal, acesso sul.

Quanto ao Serviço Municipal de Proteção Civil. Refiro a atualização do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Almada e do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

O Departamento de Energia, Ambiente e Mobilidade. No caso específico da Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental, destacamos o enorme sucesso da Agenda 21 da Criança 2018, e, aqui gostaria de dar nota da extraordinária participação das Escolas Feliciano Oleiro, Nº 3 do Laranjeiro, Louro Artur e a Nº 1 do Monte de Caparica. Gostaria de dar nota de uma situação que foi muitíssimo comovente, as crianças que estavam presentes tiveram a oportunidade de apresentar três propostas, cada uma destas Escolas, para que fossem votadas pela totalidade das crianças presentes, portanto, numa situação que aqui ontem foi referida, de promoção de atos e práticas de cidadania, e uma das propostas vencedoras, aquela que talvez tenha sido a mais importante para todos, foi o facto das crianças, quase duzentas crianças, se terem pronunciado pela necessidade de se adotarem políticas laborais que permitam a conciliação com a vida familiar. Foi muito



MUNICIPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

expressiva a forma como as crianças disseram que queriam estar mais tempo com os pais. E, isto, é uma lição provavelmente para todos. Eu senti-o na pele.

Também gostaria de dar nota, do desenvolvimento do plano de comunicação, Comunidade Carbono Zero, no âmbito do Laboratório Vivo para a descarbonização em Cacilhas, e no que concerne à Divisão de Estudos, Educação Ambiental e Energia, a conclusão da proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional Municipal.

No caso do Departamento de Desenvolvimento Local. Destaco a proposta de tratamento do espaço público do Largo de Cacilhas, está a ser desenvolvido um projeto que vai reconfigurar todo o Largo de Cacilhas, parece-nos que é importante porque há um conjunto de transformações que urgem para que o Largo de Cacilhas tenha a dignidade que merece.

Foi também elaborada a proposta da candidatura “Almada Mais Sustentável” ao Turismo de Portugal, e foi feita a proposta base para o programa de refuncionalização do Património Municipal no Caramujo Romeira.

Foi ainda preparada a proposta de criação do Gabinete de Apoio ao Associativismo. O objetivo com este Gabinete é criarmos condições para a capacitação do movimento associativo, e entre estas condições para o funcionamento do Gabinete para o Movimento Associativo estamos a desenvolver uma medida que visa o acesso às Associações, Coletividades e Clubes Almadenses a uma plataforma que se chama “Geofundos”, plataforma esta, que é agregadora de concursos, hipóteses de financiamento e fontes de financiamento que estão disponíveis e que muitas vezes é difícil ter conhecimento dessa disponibilidade.

No âmbito do Departamento de Assuntos Jurídicos. Realço a instauração de cento e cinco processos de execução fiscal, e a cobrança de quatrocentos e trinta e nove processos, para um total de receita de 42.096.12€ (quarente e dois mil noventa e seis euros e doze cêntimos).

Quanto ao Centro de Arte Contemporânea. Realço a programação da 10ª Edição da Festa da Casa da Cerca, e o alargamento, e aqui muito importante também uma questão lançada ontem, sobre o alargamento dos horários dos espaços de cultura. O alargamento do horário da Casa da Cerca aos fins de semana, das 10H00 até às 18H00.

No âmbito da Divisão da Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos, deu-se início ao processo de avaliação e revisão do Regulamento de Mercados Retalhistas Municipais.

O Gabinete da Presidência e da Vereação. Neste âmbito, cumpre destacar a realização de muitíssimas reuniões, entre elas com o Senhor Embaixador da Correia do Sul e a Baía do Tejo, sobre a promoção de Almada e da Margueira.



JK

Também as reuniões com o Senhor Ministro do Ambiente e Secretário de Estado deste Ministério acerca da reposição das areias na Costa da Caparica. E disto gostaria de dar nota que a APA assumiu o compromisso de proceder à reposição das areias antes da próxima época balnear, não sendo exequível fazer isso neste momento, e não sendo razoável fazê-lo durante o Inverno.

Também a discussão pública do POC-ACE – Plataforma da Orla Costeira Alcobça/Cabo Espichel, e as discussões relativas aos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para as questões do transporte fluvial. Neste âmbito do transporte fluvial, gostaria de dar nota, da aposta que está a ser feita e dos muitos contactos que têm sido feitos, com o Porto de Lisboa para a promoção de atividades marítimas ou turísticas, porque nos parece que é uma lacuna do nosso território. De facto, temos um transporte público que é o que é, todos conhecemos, mas temos uma quase inexistência de operação de atividade marítima ou turística, que faz falta para a promoção do nosso território.

Finalmente, gostaria de dar nota, da reunião com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, sobre a realocação das instalações da GNR, em Almada, assunto que também foi motivo da reunião de ontem, quando se falava do Castelo de Almada, e esta reunião teve em vista a valorização, de facto, do Castelo que é uma peça e uma parte do nosso património, que acreditamos que deve ser devolvida aos almadenses.

Para falar da questão da Salubridade, passaria ao Senhor Vereador Miguel Salvado.”

6.2.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação à salubridade, e visto ser uma área da Senhora Vereadora Teodolinda, é importante realçar o enorme trabalho que tem vindo a ser feito nos últimos tempos. Nós temos tido alguns problemas, porque temos uma frota de resíduos sólidos urbanos com graves problemas e muito antiga, temos várias viaturas com dezenas de anos, mas é importante aqui salientar o seguinte: tem havido um enorme esforço, não só por parte dos serviços da salubridade, em conseguir cumprir e conseguir corresponder, àquilo que é a exigência de um serviço de recolha do lixo. Inclusive, tem sido feito um trabalho diário, também com outros setores da Câmara, e em particular, com a manutenção, porque tem havido a necessidade de diariamente trabalhar para que a salubridade tenha a frota necessária para proceder à recolha dos resíduos sólidos urbanos, tem havido um imenso trabalho diário, no próprio fim de semana, tem havido piquetes, para que possamos continuar a ter este serviço assegurado e em qualidade. Eu acho que é muito importante deixar esta palavra aqui, não só aos trabalhadores da autarquia, que com os meios que têm e visto que há cerca de dois anos que andamos a tentar, conseguir, finalmente, encerrar um processo de aquisição de oito viaturas novas de recolha de resíduos sólidos urbanos, e é uma situação à qual estamos a dar prioridade, porque



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

temos que tentar rapidamente resolver isto, temos as oito viaturas, que nos vão permitir não só, melhorar o serviço, como também colocar outras que já são muito antigas, dos anos noventa, rapidamente de parte e passarmos a ter não só as melhores condições para quem faz o trabalho no dia a dia, não só a nível da manutenção como também a nível interno, conseguirmos rapidamente responder às exigências do serviço, e também às exigências dos munícipes, naturalmente. Por isso eu queria deixar também aqui, mais uma palavra de reconhecimento ao trabalho que tem sido feito. E, ao dia de hoje por exemplo, temos dez viaturas perfeitamente ativas e operacionais nas ruas, mas isto só se consegue com esforço muito grande, de vários setores da Câmara, e que têm colaborado de uma forma muito intensa, e volto a reiterar, inclusive, em períodos do próprio fim de semana, com total disponibilidade de muitos trabalhadores, para que a população continue a ter o serviço que tem, apesar dos meios e apesar também de alguma antiguidade da própria frota.

Em relação ao concurso, estamos a trabalhar nele com caráter de urgência, para que rapidamente possamos também passar esta fase, e ter outro tipo de condições, não só para os trabalhadores como para os munícipes.”

6.2.2- No debate usaram da palavra os Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldês (CDU), Manuel Braga (BE), Carlos Revés (CDU), Eva Araújo gomes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), Débora Rodrigues (PS), Henrique Margarido (PS), Sandra Duarte (PAN), Ivan Gonçalves (PS) Pedro Matias (PS), o senhor Vereador Miguel Salvado e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Vereador João Couvaneiro.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fomos ontem confrontados com uma alteração à forma como a emissão online das sessões da Assembleia Municipal têm vindo a ser transmitidas, notando que deixara de ser a TV Almada a fazer essas transmissões.

Esperávamos uma informação sobre esta matéria do Senhor Presidente da Assembleia, que entendemos devida aos Deputados Municipais e à Assembleia no seu conjunto, que não aconteceu.

Estranhámos esse silêncio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque esta questão foi sempre tratada em articulação entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, e para nós é incompreensível que se faça uma alteração sem que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dela tenha conhecimento. Essa informação foi-nos dada hoje e nós agradecemos.

De qualquer forma, queremos aproveitar esta oportunidade para sublinhar a qualidade do trabalho realizado por aquela empresa do Concelho de Almada durante todo o período em que assegurou as transmissões das Sessões da Assembleia Municipal, bem como o importante trabalho de divulgação e informação sobre a vida geral do Município de Almada, que a TV Almada realiza com regularidade.



Relativamente à Informação sobre a Atividade Municipal, e ainda que a discutamos num quadro em que o executivo municipal se apresenta fortemente desfalcado pela ausência de quatro dos seis eleitos com pelouros, uma primeira nota: o documento distribuído contém informação muito detalhada sobre aspetos da atividade corrente do Município. Como por exemplo a realização de reuniões de preparação de iniciativas municipais, como a referência na pág. 49 à “participação na reunião preparatória e definição de datas de apoio da DIVIP” no âmbito do programa “Costa todo o Ano” (e este é apenas um de muitos exemplos que podemos encontrar no documento), mas são escassos os detalhes sobre os grandes projetos municipais, os quais, não obstante as informações constantes na página 146, não são objeto de outro tratamento senão a referência às temáticas abordadas num certo número de reuniões institucionais.

A CDU não pode deixar de estranhar esta circunstância porquanto, e ainda que esta seja uma questão que não é do seu tempo, Sr. Presidente em exercício, e por isso não tenha sobre ela qualquer responsabilidade, porquanto dizia, num passado bem recente ter sido exigido com muita veemência, nesta mesma Assembleia Municipal, e em particular por alguém que foi deputado municipal e hoje é vereador executivo, a inclusão neste documento de mapas comparativos, informação política detalhada e de síntese sobre a atividade desenvolvida, entre outras exigências, que agora parecem despiciendas. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, cantou Camões, e parece ser essa a realidade de alguns, pelo menos.

Sabemos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não se encontra hoje entre nós por estar no estrangeiro, representando os superiores interesses do Município. Reconhecemos e respeitamos integralmente a importância dessa representação.

Há questões que, não obstante a ponderosa ausência da Senhora Presidente, não podemos deixar de colocar à Câmara Municipal no seu conjunto. Porque o tempo urge e, tantas vezes, não se compadece com superiores interesses de ninguém.

Uma dessas questões prende-se com a instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro/Trafaria, no troço que atravessa três Freguesias do nosso Concelho, sobre a qual a CDU coloca quatro questões ao executivo municipal:

1. Foi já entregue à Câmara Municipal de Almada o projeto relativo à intenção de instalação da Linha de Muito Alta Tensão na antiga EN 377, conforme informação prestada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal na reunião de 9 de fevereiro de 2018 desta Assembleia Municipal?
2. Tem a Câmara Municipal conhecimento das recomendações do Grupo de Trabalho constituído nos termos do Despacho Conjunto nº 1668-A/2017, de 21 de fevereiro, designadamente no que respeita à necessidade de assegurar o máximo afastamento possível da infraestrutura de transporte de energia



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

elétrica em muito alta tensão dos aglomerados urbanos existentes e consolidados, e tenciona respeitar e fazer respeitar essas recomendações?

3. Tenciona a Câmara Municipal de Almada respeitar integralmente o conteúdo da Deliberação desta Assembleia Municipal, datada em 20 de fevereiro de 2014 e publicitada através do Edital nº 102/XI-1º/2013-14?
4. Tenciona a Câmara Municipal de Almada desenvolver o mais amplo e alargado debate público sobre esta matéria, promovendo ações de esclarecimento e participação envolvendo todas as instituições, serviços, organizações e populações dos locais diretamente afetados pela instalação desta Linha de Muito Alta Tensão, como recomenda igualmente o Grupo de Trabalho e a própria Organização Mundial de Saúde, ou mantém a intenção de apenas promover “as ações tidas por convenientes”, conforme referido no Ofício nº 107/2018 em resposta a requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU sobre esta mesma matéria no passado dia 14 de fevereiro de 2018?

O Grupo Municipal da CDU informa ainda esta Assembleia que, face ao significado e importância da matéria em apreço, irá promover, em tempo oportuno, a constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro/Trafaria, cuja proposta formal será apresentada nos termos regimentais aplicáveis.”

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A nova estrutura do documento aposta no detalhe, na transparência e na *accountability*. De muita coisa, portanto, com muitos dados, mas nem sempre sobre as temáticas mais estruturantes para o município.

Registamos o detalhe que é dado a algumas métricas que procuram quantificar o volume e a eficiência do atendimento municipal, tal como previsto, aliás, em sede de Plano de Atividades aprovado por esta Assembleia. Mas falta perceber como é que o executivo percebe as mesmas métricas, elas são meramente descritivas.

Na página cento sete, por exemplo, o que justifica o aumento muito significativo de 176, para 498 contactos na linha de atendimento municipal entre abril e maio, e já agora, que impacto é que este acréscimo teve sobre os serviços municipais?

Registamos como positivo, o facto de 99 trabalhadores e trabalhadoras terem usufruído de 488 horas de formação e de mais 41 virem a beneficiar de um volume de formação expectável de 709 horas. A este propósito, dadas as conhecidas carências dos serviços da Câmara em termos de informática e as novas



exigências colocadas pelo RGPD, perguntamos se existe algum plano de aprofundamento de competências de programação e gestão de sistemas previstos?

Porque motivo não aparece qualquer referência à necessidade de contratação de recursos técnicos (pessoas) na área da informática? Esta sempre foi, é, e provavelmente será, uma das grandes fragilidades encontradas pelo executivo a este nível. O que justifica, aliás, uma enorme dependência externa e o estado vetusto e desatualizado das plataformas municipais ao serviço dos cidadãos.

Quando aludem a "Gestão de renovação e parametrização dos diversos certificados digitais" (página 21), dado o esforço inerente a este tipo de ação ser residual, perguntamos se se tratam de medidas excecionais que foram necessárias adotar de modo a que as plataformas da Câmara Municipal de Almada estivessem de acordo com o exigido em sede de RGPD? Acresce, por exemplo, que o site *m-almada.pt* não possui qualquer tipo de certificado de segurança, pelo que importa perceber de que certificados se tratam. *By the way*, o site da Assembleia Municipal também não possui.

Tanta coisa que o Departamento de Informática fez, tantas linhas de ação de interesse nulo e a pergunta que deixamos, porque essa sim é relevante, para quando uma atualização das plataformas web da Câmara Municipal, não só para que estejam verdadeiramente disponíveis aos almadenses em qualquer momento e em qualquer lugar, (estamos em 2018 e não temos uma verdadeira versão mobile dos nossos *web sites*) e de que modo a que possam respeitar os mais elementares preceitos legais, como por exemplo, informar os utilizadores de que estão a ser impactados por cookies ou implementar protocolos de encriptação de processamento de dados? Afinal são dados de munícipes.

Na página 27 alude-se a que no Centro Municipal de Turismo foram vendidos em dois, três meses (não é muito claro), 39€ (eu suponho que seja este o valor que está lá) em bilhetes do Flexibus. E a pergunta que se impõe naturalmente é o que é que está a falhar? É o Flexibus? É a dinamização? É a comunicação?

Na página 28 alude-se à análise de uma proposta de instalação de uma roda gigante em Almada. Interessante, de facto. Fica por esclarecer onde, e qual é o estado desta análise.

Ao longo do documento são aludidas por inúmeras vezes, brochuras, documentos, material relativo à dinamização da imagem de Almada junto de empreendedores, investidores, turistas de negócios. Tudo isto, fique assente, consideramos extremamente positivo. E por isso mesmo, gostaríamos de propor que esta documentação, ou parte dela, fosse partilhada com os grupos municipais por via eletrónica, não só para que saibamos o que é que o Município efetivamente tem para oferecer, como, como Almadenses que somos, possamos também eventualmente contribuir para a divulgação da imagem de Almada.

Seria interessante acrescentar algo mais na linha III.14 (página 32), de modo a se perceber o ponto de situação real do traçado do metro de superfície até à Costa da Caparica.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na página 37 alude-se a que foi elaborado um ponto de situação relativo a todos os processos de AUGI. Com tanto detalhe, provavelmente esqueceram-se de colocar de quantos processos é que estamos a falar.

Na página 38 alude-se à análise do estudo de impacto ambiental relativo ao licenciamento único de ambiente da empresa Sovena. Quais é que são as principais conclusões?

Quais as principais métricas relativas à análise do parque habitacional na Quinta do Rato?

Na página 50 alude-se à condução de processos para reparação de duas viaturas de RSU. Quantas viaturas hoje, estão em pleno funcionamento, (o Senhor Vereador já respondeu, obrigado).

Registamos com satisfação a recolha de mais de 2200 litros de óleos alimentares usados e o facto de se pensar em estender a iniciativa junto do Canal Horeca, aliás, se estão recordados, esta foi uma pergunta que colocamos logo em janeiro. Fica por perceber quais as expectativas do executivo a este nível e de que forma se pensa dinamizar esta recolha seletiva, porque sejamos francos, é positivo, é um primeiro passo, mas parece pouco.

Todavia fica ainda por recuperar de relatórios de atividade passados o volume de recolha seletiva de cartão, vidro e embalagens junto dos comerciantes de Almada.

Na página 115 sublinha-se que foram atendidos trinta e oito munícipes com pedido de habitação... já não é a primeira vez que tal facto é retratado no relatório, tal como não é a primeira vez que nada se esclarece sobre que soluções foram dadas a estas famílias.

Ao longo de todo o relatório de atividade não se encontra qualquer tipo de alusão ao voluntariado que aparentemente vai existir no Festival Sol da Caparica. Na página 123, alude-se a diversos contratos relativos a este evento, alude-se também em diferentes momentos a voluntariado ambiental, alude-se (na página 109) à realização de uma proposta para diferentes modelos de voluntariado social, mas nada ao Voluntariado no Sol da Caparica. Neste sentido, importa esclarecer se se vai ou não recorrer a este tipo de expediente para suprir necessidades humanas no evento?

Tendo em consideração as manifestas lacunas no município em termos de viaturas que assegurem a recolha dos RSU, porque motivo o grau de execução municipal na rubrica 1.1.1.2 Aquisição de Viaturas, Máquinas e Equipamento (página 178) se situa em apenas 13% e aparentemente (já vi que isto está desatualizado), não existia qualquer tipo de iniciativa para adquirir novos equipamentos e repará-los. Falta efetivamente este tipo de informação no Relatório.

O que justifica a baixa execução financeira do apoio alimentar (página 181). Apenas 16% do orçamentado. Diminuição das necessidades, ou existência de algum tipo de constrangimentos adicionais que não estão plasmados no documento?



Uma execução global das Despesas na ordem dos 26%, que contrasta com uma execução da receita na ordem dos 51%, revela que existe alguma intenção em aprovisionar verbas, talvez, retardando investimentos previstos, uma vez que, olhando para as despesas de capital, estas só têm um grau de execução de 12%, de onde se destaca pelo seu baixo nível de execução, o investimento em habitação (5% do previsto até ao fim do ano) e em material de transporte (apenas 6% do total previsto para este ano).

Relativamente aos trabalhadores e ao investimento que a Câmara Municipal neles coloca. Apesar de serem relevantes as ações de formação já indicadas, um grau de execução financeira de 4,39% dificilmente pode ser considerado como positivo, tanto mais, fique assente, não nos preocupa a execução per si, mas o risco de tal ser sintomático de ações de formação que não estão a ser realizadas, e que, por este motivo, podem colocar sob risco o plano de formação que certamente existe.”

6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Vice-Presidente já referiu de facto na sua intervenção inicial e é verdade na página vinte e oito do Relatório, está referido que foi elaborado um projeto de modelo de gestão para o Presídio da Trafaria para transformação em ativo económico. Que a nosso ver, nos parece que seja um lapso, porque há dois meses atrás, em abril, já vinha na página sessenta, precisamente a dizer a mesma coisa, que esse projeto de modelo de gestão já tinha sido elaborado. Portanto, deve ter sido um lapso manter, mas permite-nos retomar uma pergunta que fizemos nessa Sessão da Assembleia Municipal, e que é precisamente em que é que consiste este novo modelo de gestão? O que é que se pretende dizer em concreto com “transformação do Presídio da Trafaria em ativo económico”?

6.2.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Eva Araújo Gomes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A atual situação do Hospital Garcia de Orta continua a pautar-se por um subfinanciamento que lhe é dirigido e uma sobrelotação que se verifica em todos os serviços. O subfinanciamento do Hospital Garcia de Orta, que não é mais do que a expressão de um subfinanciamento ao próprio sistema nacional de Saúde, que é responsável pela não renovação dos equipamentos que se encontram obsoletos, a não adequação das condições físicas das instituições e a não contratação de profissionais de saúde. Sendo construído com o propósito de servir cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes, o Hospital Garcia de Orta, atualmente, abrange uma população de cerca de mais de 330.000 (trezentas e trinta mil) pessoas, mais do dobro, refira-se. Para além desta saturação, a discrepância do número de camas, o Hospital foi previsto para ter cerca de 629 (seiscentas e vinte e nove) camas previstas, aquando da sua construção, em 1991, nunca foram concretizadas, estando apenas ativas 535 (quinhentas e trinta e cinco) uma lotação inferior em cerca



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de cem camas. A agravar estes constrangimentos físicos, faltam no Hospital os meios humanos que assegurem o seu pleno funcionamento. Faltam médicos especialistas, faltam médicos nas urgências, faltam enfermeiros, assistentes operacionais e técnicos. Ainda assim, os cerca de 2600 (dois mil e seiscentos) profissionais que trabalham no Hospital Garcia de Orta, mesmo com estas dificuldades, zelam pela prestação dos melhores serviços públicos, mérito este evidenciado pelos prémios de qualidade que lhe são destinados e que aproveitamos para novamente saudar. Face a esta restrição na capacidade de resposta e visto estarmos a entrar agora num período crítico dos serviços de saúde, devido à elevação da taxa de mortalidade, associada ao elevado risco das ondas de calor, apelamos e solicitamos à Câmara Municipal de Almada, que mantenha as diligências junto do Governo, pela mais célere construção do edifício ambulatório do Hospital Garcia de Orta, que vai então sucumbir a falta das cem (100) camas que já referi, bem com a construção do Hospital no Concelho do Seixal. Por ser imperativo continuar as diligências que contribuam para a extensão e qualificação dos serviços médicos, não médicos e cirúrgicos no Hospital Garcia de Orta, por um serviço digno, público e de qualidade que deve ser o Sistema Nacional de Saúde.”

6.2.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Analisamos hoje na Sessão da Assembleia Municipal de Almada o relatório sobre a atividade municipal. Este documento incide sobre um período de grande relevância no que respeita à área da Proteção Civil.

Foi durante este período, que antecede o período de Verão e consequentemente o período de maior risco de incêndio, que foi dada continuidade a diversas ações de prevenção no que respeita a incêndios florestais, nomeadamente em zonas sinalizadas como zonas de risco de incêndio, zonas essas que também existem no nosso concelho.

O Governo da República tem vindo a implementar um conjunto de medidas de melhoria do sistema de proteção civil e prevenção e combate a incêndios, traduzindo-se na aprovação de um pacote legislativo para o efeito. Numa ótica de prevenção, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro, referente à limpeza e gestão de combustíveis florestais no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Decreto-Lei esse que obrigou a um esforço acrescido por parte de Municípios e proprietários de terrenos para a limpeza dos mesmos.

Nessa medida, o Município de Almada, através do seu Serviço Municipal de Proteção Civil, conjuntamente com outros serviços municipais, incluindo os SMAS, e restantes agentes de proteção civil, nomeadamente corporações de bombeiros do Concelho e forças de segurança, realizaram durante este período diversas operações de limpeza dos terrenos municipais no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra



Incêndios, correspondente a cerca de 35 hectares de terrenos (*pág. 61*), dando desta forma resposta àquilo que para todos nós se tornou um desígnio nacional: a prevenção de incêndios.

Também neste âmbito e por iniciativa do Governo, foi proposto a vários Municípios do país com territórios considerados de risco e zonas críticas de incêndio, a criação de Equipas de Intervenção Permanente, as designadas EIP.

O Município de Almada foi um dos cerca de oitenta Municípios que aderiu a esta iniciativa, assumindo o esforço financeiro necessário para o efeito, tendo sido assinado no passado dia 4 de maio, em Fornos de Algodres, o protocolo para a criação da EIP em Almada, celebrado entre o Município de Almada, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cacilhas, como aliás, já havia sido informado pela Sra. Presidente de Câmara, na reunião de abril da Assembleia Municipal. Esta equipa, encontra-se já criada e a operar desde dia 1 de junho inserida na corporação de Bombeiros de Cacilhas, e tem como principal foco a proteção permanente dos territórios críticos do nosso Concelho, designadamente a Mata dos Medos, onde também durante o período em apreço foi reabilitado o posto de vigia aí inserido.

Foi também durante este período que teve lugar a comemoração do dia Municipal do Bombeiro, no passado dia três, onde se homenagearam todos os homens e todas as mulheres do nosso Concelho que, de uma forma altruísta, e na sua grande maioria de forma voluntária, prestam um importante serviço às nossas populações e ao território do nosso Concelho.

Este ano, e pela primeira vez, a Câmara Municipal de Almada, em articulação com a Autoridade Marítima, criou um dispositivo de prevenção e segurança nas praias do Concelho aos fins-de-semana e feriados durante o mês de maio, que garantiu a segurança nas nossas praias até à abertura oficial da época balnear, que teve início no passado dia 1 do corrente mês.

Aproveito ainda para referir o importante trabalho que tem sido desenvolvido para a constituição do Corpo Permanente de Voluntários de Proteção Civil de Almada, que se revela de grande importância no apoio ao Serviço Municipal de Proteção Civil e restantes agentes de Proteção Civil, nomeadamente, e a título de exemplo, no que se refere ao patrulhamento, vigilância e prevenção da floresta contra incêndios no território do Concelho de Almada, no apoio logístico a operações de prevenção, proteção e socorro, e na colaboração em ações de formação e sensibilização da população promovidas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

Todo este trabalho, muitas vezes não visível, é um contributo essencial para a boa gestão do território. Almada é e continuará a ser, um Concelho onde a segurança da nossa população e de quem nos visita, será sempre uma prioridade.”



6.2.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por esclarecer a Senhora Deputada da CDU que aqui veio fazer uma intervenção sobre o Hospital Garcia de Orta. Ora, como sabem, o Hospital Garcia de Orta é uma empresa que integra o setor empresarial do Estado e não o setor empresarial local, e, portanto, não me parece que seja exatamente o ponto da atividade municipal, o mais correto para fazer uma intervenção sobre este aspeto. Ainda assim, e não querendo tomar muito tempo exatamente por esse motivo, porque aqui estamos a debater a atividade municipal, e não a atividade do Hospital Garcia de Orta, queria apenas esclarecer.

O Hospital Garcia de Orta, entre maio de 1015 e maio de 2018, teve um acréscimo de mais de 8% dos recursos humanos. Mais de 8% dos recursos humanos. Teve um aumento de pessoal nas categorias de médicos, com cerca de mais de 51 (cinquenta e um) profissionais, e de enfermeiros mais de 70 (setenta) profissionais. Para além disso, têm vindo a ser realizados investimentos em mais de 1,7 milhões de euros, em aquisição de equipamentos. Portanto, não é verdade que não tenha existido investimento no Hospital Garcia de Orta e não é verdade que não tenham existido contratações nos últimos anos.

Quanto ao Hospital do Seixal. Conforme é sabido, já foi aprovada a nova construção do Hospital do Seixal, que será integrado no Hospital Garcia de Orta, e cujo o investimento total, irá situar-se acima dos 60.000.000.00 (sessenta milhões de euros). E, quanto a este investimento, também é preciso dizer que a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, foi já autorizada a realizar estudos e a conceber o projeto, que terá uma despesa de mais de 1.000.000.00 (um milhão de euros), para que o projeto esteja concluído em 2020. Em 2020, repito.

E, portanto, não queria deixar de esclarecer o Grupo da CDU, que de facto o Hospital Garcia de Orta tem tido um investimento grande, isso tem vindo a ser refletido naquilo que é o serviço prestado pelo Hospital Garcia de Orta, e, portanto, penso que não é justo fazer-se a intervenção que foi feita.”

6.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que se refere ao Desporto, gostaria de destacar o início das atividades desportivas no Estádio Multiusos de Areia, com diversas modalidades, como o Voleibol de Praia, o Futebol de Praia (em diversos escalões), o Corfebol de Praia, o Andebol de Praia. Desde maio até outubro.

Ainda no Estádio Multiusos de Areia, gostaria de dar os parabéns pela iniciativa da Câmara Municipal na realização do Mundialito de Praia, onde Portugal se sagrou campeão. Foi muito agradável ver aquele entusiasmo do público, em interação com os nossos jogadores da Seleção Portuguesa, no nosso Concelho e



na nossa bela Freguesia da Costa de Caparica. Como exemplo, destaco a entrega de uma braçadeira de capitão a uma pessoa portadora de deficiência motora, pelo capitão Madjer. Foi bonito ver o vibrar daquela pessoa, que parecia que lhe tinham dado tudo no mundo.

No âmbito do desporto, tivemos outra iniciativa em que é de felicitar o Executivo, mais uma vez, pela maior aula de Surf do mundo, que bateu o recorde mundial de alunos numa aula, com 344 (trezentas e quarenta e quatro) pessoas. O anterior registo era de trezentas e vinte pessoas. Nesta iniciativa estavam também iniciativas paralelas, como sensibilizar para limpeza das praias, o apoio à Operação Nariz Vermelho, que muito louvamos, pelas dificuldades que estas crianças passam, e, que ao receber a visita particular de um Doutor Palhaço, torna-se numa experiência fantástica e muito especial para estas crianças.

Também, gostaria de salientar a realização do 19º Campeonato da Europa de Golfe de Masters Seniores, bem como a continuação de outras apostas como:

- O Programa “Almada em Forma”, que reforçou todos os seus programas;
- O programa Almada Mexe Comigo, que integra trinta parceiros com duzentas e dez iniciativas, de maio a outubro;
- O Programa Special Ludus, que integra várias instituições, destinado à população com deficiência;
- O programa Municipal de Desenvolvimento de Xadrez, com o apoio a cerca de 350 (trezentos e cinquenta) alunos do ensino em Almada;
- O Programa Alma Sénior, que promove a prática regular de atividades físicas, em parceria com as Juntas de Freguesia e diversas Associações do Concelho de Almada, que chega a 1300 (mil e trezentos) utentes.

Para terminar, neste âmbito, dizer que a contínua aposta no Desporto Escolar é fundamental e essencial, para uma maior diversidade formativa para os nossos alunos e para as nossas crianças, como exemplo: o Corta Mato Escolar, com centenas de atletas praticantes, da Vela à Canoagem, ao Voleibol, passando pelo Futsal, etc.

Para terminar, agradecer o esforço feito para que o Programa Adaptação ao Meio Aquático, no primeiro ciclo do ensino básico, tenha sido um sucesso, que permitiu a cerca de 450 (quatrocentas e cinquenta) crianças viver esta experiência, que de outra forma dificilmente teria acontecido.”

6.2.2.8 - Sandra Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós trazíamos aqui algumas questões, uma delas já foi referida pelo Bloco de Esquerda, que tem exatamente a ver com esta roda gigante, e a questão vai essencialmente no mesmo sentido, que é: gostaríamos de saber



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se é um projeto para avançar, e se sim, quais as propostas de localização, e que se for para avançar de facto, que sejam levados em conta princípios fundamentais de espaço público e de urbanismo, como é referido no Relatório, assim como, sejam acauteladas as questões ambientais.

Na página trinta e dois, é referido que: se deu início ao procedimento de contratação da empreitada de “Execução das Hortas Municipais do Laranjeiro”. Gostávamos de saber para quando está prevista a entrada em funcionamento destas hortas.

Gostávamos também de saber para quando está prevista a conclusão do Relatório do Estado do Ordenamento do Território.

Na página setenta e quatro, é referido que existiu a “Receção, análise e elaboração de propostas técnicas relativas a lugares de estacionamento na via pública nomeadamente, dez pedidos de instalação/anulação de parque de estacionamento reservado a deficiente”.

Dar aqui uma primeira nota de estranheza sobre o facto de os valores relativos a instalações e anulações, não sendo exatamente a mesma coisa, muito pelo contrário, serem apresentados globalmente. Não entendemos qual a razão para estas duas situações distintas não estarem discriminadas.

Outra questão sobre este assunto vai no sentido de saber se a instalação dos novos lugares já é efetuada de acordo com a recomendação da Assembleia Municipal aprovada há seis meses (no dia 21 de dezembro), que ia no sentido de instalação de lugares com identificação da matrícula do veículo das pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Se não, para quando está prevista a alteração das normas de instalação deste tipo de lugares.

Para finalizar, vou focar-me desta vez, sobre o Serviço Veterinário Municipal.

Em primeiro lugar gostávamos de saber se a Câmara Municipal de Almada procedeu à candidatura de apoio financeiro disponibilizado pelo governo, com limite de 15.000 € (quinze mil euros) por autarquia, para campanhas de apoio à esterilização de cães e de gatos. Aliás, no seguimento de uma recomendação aprovada por unanimidade nesta Assembleia.

Na alínea f, na página sessenta e três, é referido que “Foram realizadas vinte seis cirurgias, intervindo sobre animais detidos pelas associações parceiras, animais do Centro Recolha Oficial, animais adotados e animais oriundos de situações de insuficiência económica”.

O que nós perguntamos, e já não é a primeira vez, é que tipo de cirurgias? Esterilizações ou todo o tipo de cirurgias? Gostávamos de solicitar mais uma vez que estes dados fossem discriminados por tipo de animal e proveniência.



Na informação anterior vinha referido, relativamente aos meses de janeiro, fevereiro e março, que foram realizadas 141 (cento e quarenta e uma) cirurgias, 47 (quarenta e sete em janeiro), 52 (cinquenta e duas) em fevereiro) e 42 (quarenta e duas) em março de 2018, intervindo sobre animais detidos pelas associações parceiras, animais do Centro Recolha Oficial, animais adotados e animais oriundos de situações de insuficiência económica.

O número total de cirurgias efetuadas em dois meses, abril e maio, já para não englobar parte de junho, é bastante inferior ao registado em qualquer um dos meses do 1.º trimestre.

Tendo em conta esta diferença abismal verificada entre os dois períodos no que diz respeito ao número de cirurgias, perguntamos simplesmente se nos podem esclarecer sobre o que aconteceu nestes últimos dois meses (abril e maio) para que se tenha verificado esta diminuição tão acentuada.

Para finalizar, e ainda sobre a atividade do serviço veterinário municipal, gostava de dar algumas notas sobre o que está escrito na alínea g), página 62 ou 63. Podemos ler e passo a citar: “Reunião a 15 de maio de 2018, a convite do PAN, na Assembleia da República, como Município que implementa boas práticas de bem-estar animal”.

Isto é uma boa forma de explicar o que aconteceu, mas eu gostava de dar aqui algumas notas, para esclarecer quem não assistiu.

Em primeiro lugar não se tratou de uma reunião, tratou-se de uma Conferência, e essa Conferência denominava-se Fim dos Abates – Mudança de Paradigma. Por outro lado, o Município de Almada foi convidado, a par de outros municípios porque tem, já há alguns anos, não é de agora, uma política de não abate. E foi neste sentido que foi convidado. Não por desenvolver políticas de bem-estar animal de uma maneira geral. Porque, uma coisa é um Município desenvolver uma política de não abate, que consideramos obviamente uma boa prática de bem-estar animal. Outra diferente, é ser considerado um Município que implementa boas práticas de bem-estar animal. Os mais incautos podem ser levados a achar que o PAN considera que o Município de Almada implementa, de uma maneira geral, boas práticas de bem-estar animal o que não corresponde, por enquanto, totalmente à verdade. Ainda que nos seja transmitida regularmente a intenção de desenvolver algumas medidas nesse sentido, a verdade é que há muito a fazer em Almada ao nível deste tipo de políticas. E isto leva-nos a uma questão muito importante que queremos dar nota aqui.

Segundo o que nos foi transmitido, estava prevista, até ao final deste mês, a celebração de protocolos de colaboração com duas associações de proteção animal de Almada: a Associação Os Amigos dos Animais Almada, que gere o canil da Aroeira e a Associação Onde há Gato não há Rato, que desenvolve um trabalho importantíssimo ao nível de esterilização de inúmeras colónias existentes no Concelho.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ambas as associações fazem apelos constantes, nas redes sociais, para que as pessoas as ajudem monetariamente, através de comida e outros artigos de forma a poder cobrir minimamente, as necessidades dos animais que estão a seu cuidado. Animais esses, que se não fossem recolhidos e cuidados por essas associações e vários grupos informais, estariam na rua ao abandono. O Canil da Aroeira, alberga cerca de 250 (duzentos e cinquenta) cães. A Associação Onde há Gato não há Rato, anunciou ontem, nas redes sociais, que tem uma dívida bastante elevada, relativa a cuidados veterinários, e que face à falta de apoio, vê-se obrigada a não aceitar recolher mais nenhum animal no seu centro de acolhimento temporário, que também tem uma capacidade máxima de vinte animais.

Só para termos um ponto de comparação, esta associação esterilizou nos últimos três meses, mais de 150 (cento e cinquenta) gatos e gatas. Nada comparado com 26 (vinte seis) cirurgias que a Câmara Municipal fez. Cirurgias que pensamos que englobam esterilizações e outro tipo de cirurgias.

Para finalizar, a Câmara Municipal não tem condições físicas para albergar nem um décimo destes animais no seu Centro de Recolha Oficial. Pelo que, no nosso entender, deveria apoiar, sem mais demoras, as associações que se substituem aos deveres da Autarquia, e que se debatem diariamente com muitas dificuldades. Se as associações fecham as portas, a situação existente – já de si muito grave – pode assumir contornos muito, muito preocupantes para todos os nós.”

6.2.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Eva Araújo Gomes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar não vejo a urgência de uma intervenção da bancada do Partido Socialista, em relação aos conteúdos que a bancada da CDU apresenta. Isso afinal é um assunto importante para o Município, mais o é, a Senhora Deputada vir responder à minha intervenção. Por outro lado, Senhora Deputada, não sei se ouviu bem aquilo que eu disse, mas em nenhuma frase eu referi que não houve investimento. Nem monetário, nem capital. Em nada eu referi que não houve. Agora, se para a Senhora Deputada, o investimento que foi, é um investimento que satisfaz o Partido Socialista, para a CDU não satisfaz.

Outra questão, é que as informações que a Senhora Deputada veio aqui acrescentar, em nada são novas. Agora, não são pertinentes para aquilo que eu expus.

Outra questão, é que, mesmo com o documento que nós recebemos via Assembleia Municipal, em que o próprio Ministério da Saúde atesta e eu volto a referir o conteúdo da minha intervenção, a sobrelotação e o subfinanciamento, que o Hospital Garcia de Orta tem, que é um documento que nós recebemos do Ministério da Saúde que atesta o que eu referi, se não é pertinente, e se não é preocupante para o Partido Socialista, volto a dizer que para a CDU é, e neste sentido, a nosso ver, a Câmara tem que manter todas as diligências sobre de quem é direito, que é o Governo, e nós sabemos que o é, em fazer pressão para que o



investimento que a Senhora Deputada referiu, que refira-se já vem atrasado de mais de duas décadas, bem como o investimento que é necessário no Hospital do Seixal, que nós sabemos ser desse volume de importância, que também já foi em portaria pelo próprio Governo, a Câmara não tem mais do que fazer pressão e fazer diligências junto do Governo, por ser mais célere, porque volto a lembrar Senhora Deputada, o Hospital Garcia de Orta localiza-se em Almada e serve os almadenses.”

6.2.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazer uma referência, porque eu acho que a partir do momento, que uma bancada faz uma intervenção e despoleta um ponto em que essas questões são respondidas, não cabe a essa bancada avaliar, e até acho que não é propriamente de bom tom, dizer depois a resposta é pertinente ou não. A resposta é pertinente, porque responde àquilo que são as perguntas que são colocadas e naturalmente qualquer uma das intervenções, e as intervenções são feitas dando resposta às questões que são colocadas. Aliás, a intervenção que a Senhora Deputada do Partido Socialista fez, acho que desmontou o argumentário de que não há investimento no Hospital Garcia de Orta. É verdade que, durante muitos anos, houve um desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, isso refletiu-se também nas Unidades de Saúde do nosso Concelho, refletiu-se em particular no Hospital Garcia de Orta, isso tem vindo a ser revertido por este Governo, através dos sucessivos orçamentos, que têm sido aprovados e que têm tido o voto favorável do Partido Socialista, dos Partido Comunista Português, do Partido Ecologista Os verdes e do Bloco de Esquerda. Agora, compreendemos também e já ontem isso foi manifestamente evidente, que há nesta altura uma necessidade de alguns partidos, de também fazerem uma prova de distanciamento em relação aos mesmos documentos que aprovaram, neste caso, ao Orçamento de Estado. E compreendemos também, que é papel da Câmara de pugnar pela melhoria dos serviços públicos, nomeadamente os serviços de saúde, que estão no nosso Concelho. Mas aquilo que foi dito, e que é verdade, é que se estamos aqui a avaliar a atividade municipal, e que não está em causa parece-me, o compromisso que a Câmara Municipal tem no sentido de melhorar as condições de saúde do nosso Concelho, é também evidente, que a Bancada da CDU tem pouca vontade de falar do desinvestimento, ou do pouco investimento que foi feito durante décadas, nas instalações do nosso Município, e que deviam ser feitos por parte da Câmara Municipal, da Juntas de Freguesia do nosso Concelho. Porque é fácil dizer, que há investimentos que não são feitos quando eles são da responsabilidade do Governo Central, se sucessivamente, no caso do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista Os Verdes, se nunca existiu nenhuma assunção de responsabilidades a nível do Governo. Mas então vamos falar daquilo que são as responsabilidades que foram assumidas durante mais de quarenta anos, e de todos os desinvestimentos. Dir-me-ão, muitos deles não são feitos, por causa dos constrangimentos orçamentais, verdade. Agora aquilo que nós não podemos e usar duas métricas. Dizer que



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a nível nacional a sustentabilidade económica não interessa, não tem interesse nenhum, e que a nível local essa sustentabilidade existe. E, até lhe digo mais, Senhora Deputada, e mesmo para terminar. É que, caberia talvez a alguns Partidos desta Assembleia Municipal, não fazerem um discurso que apenas privilegia o discurso de desvalorização daquilo que é o Sistema Nacional de Saúde. Nós temos um Sistema Nacional de Saúde que é dos melhores a nível mundial, temos um hospital em Almada, que é um hospital de referência a nível nacional. E, portanto, sendo certo que há sempre espaço para melhorias, sendo certo que existem hoje constrangimentos no Serviço Nacional de Saúde, de que ninguém se pode orgulhar e há casos que são verdadeiramente escandalosos, mas também sabemos, que por exemplo, o investimento em recursos humanos que é hoje feito no Serviço Nacional de Saúde, está ao nível daquilo que existia em 2011, antes da crise, e que portanto está em vias de ser melhorado, e é esse o caminho que deve ser seguido, E, portanto, de nada serve e não é um bom serviço, que a CDU e que outros partidos prestam, estando constantemente a desvalorizar o Sistema Nacional de Saúde, como se os serviços privados ou o que fosse, aliás, num discurso que apenas alimenta aquilo que o interesse dos privados, que vêm por isso milhares de pessoas recorrer a esses serviços, como se o Serviço Nacional de Saúde, não tivesse qualidade suficiente. Aliás, estas questões, nós ao longo dos últimos meses também percebido aquilo que se tem passado muito a nível da Comunicação Social, sobre o que se passa no Sistema Nacional de Saúde. Há aliás, jornais nacionais que têm hoje recomendações aos seus leitores, para que qualquer incidente que conheçam, seja reportado. Sabemos também, aliás, e todos nós nos lembramos da epidemia de nascimentos que existia nas ambulâncias, durante o tempo do Governo do Partido Socialista até à demissão do Ministro Correia de Campos, a partir daí nunca mais tivemos nenhum parto em nenhuma ambulância. E, portanto, não é um bom serviço que a CDU presta, alinhando neste tipo de discurso.”

6.2.2.11 - O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tem a ver também com a atividade municipal realizada durante o período de abril, março e maio, pelos SMAS de Almada. Rapidamente, até porque o documento foi distribuído, estamos naturalmente disponíveis para qualquer esclarecimento e qualquer pergunta.

Destacar um elevado trabalho que tem continuado a ser feito a nível da reparação de coletores de diversa ordem. Tem havido realmente um grande esforço e um trabalho diário, na gestão das nossas redes, mesmo a nível das ETAR, mais uma vez tem se feito um acompanhamento de várias situações. Há várias obras em curso que estão esplanadas no documento, algumas já concluídas outras em fase de conclusão. Estamos naturalmente disponíveis para qualquer esclarecimento.



Gostava também de salientar o facto de a nível dos SMAS ter sido feito um trabalho também muito grande da implementação e do trabalho a nível da Lei de Proteção de Dados, ainda por cima, num serviço que tem uma base de dados dos seus clientes que é imensa, e que naturalmente, tem que ser preservada, cuidada e protegida.

Gostava também de salientar a nível dos Recursos Humanos a continuação do processo de avaliação dos SIADAP e o trabalho que continua a ser feito e que pensamos que possa estar finalmente concluído em meados de agosto. Estamos em grande velocidade para tentar que rapidamente possamos chegar à homologação final dos resultados, tendo todos os procedimentos que teriam de ser feitos, não só a nível da Comissão Paritária, como das reclamações que os funcionários têm direito, está neste momento a decorrer e têm sido cumpridos todos os *timings*. Eu acho que isso também é importante salientar, porque tem sido um esforço enorme da própria estrutura, porque não é fácil avaliar quatrocentos e noventa e tal trabalhadores em 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, de uma forma única, eu acho que isso é de salientar também, o esforço dos serviços. Continuamos e temos vários estágios de vários alunos a decorrer também nos serviços SMAS, o que é uma excelente mais valia não só para os estagiários, como também para os serviços. E depois tivemos um conjunto de atividades, participação em diversos fóruns, em diversos encontros. Tivemos várias atividades algumas em Almada outras fora. Continuamos a participar em diversos colóquios, fóruns, que os SMAS são constantemente convidados e os seus técnicos, muitos deles só mesmo os técnicos é que participam porque também entendemos que é necessário haver formação contínua dos nossos técnicos. Salientar também as iniciativas de âmbito social e de sensibilização ambiental que têm sido feitas, inclusive com pessoas de deficiência e capacidade reduzida ou até mesmo com algumas áreas do nosso Concelho mais fragilizadas.

E, penso que assim de uma forma muito rápida e geral, estando naturalmente disponível para qualquer esclarecimento e também para não usar mais tempo. “

6.2.2.12 - O Senhor Vice-Presidente da Câmara Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu responderia para já a algumas questões, questões que foram colocadas, e sem prejuízo de não conseguir ser absolutamente exaustivo, e de alguma outra questão poder ser respondida depois por escrito, havendo solicitação nesse sentido, naturalmente estamos muito empenhados numa política transparente, que foi sublinhada aqui pelo caráter exaustivo, talvez aqui ou ali demais, eventualmente com um outro aspeto que pudesse ser acautelado de outra forma, mas parece-nos que é importante, ainda assim, trazer a informação, para uns talvez excessiva, mas, curiosamente, no caso do PAN e do BE ainda nos pedem mais informação,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

naturalmente temos que avaliar as sugestões que uns e outros fazem relativamente à qualidade deste documento.

Eu abordaria em primeiro lugar, a questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales relativamente à questão da rede de 150 KW, que aquilo que a Câmara está a fazer é dar cumprimento a uma decisão do Tribunal, decisão essa que naturalmente, como saberá, porque acompanhou de perto o assunto, não pôde ser enterrada na zona da A33, por causa das Infraestruturas de Portugal terem, de facto, recusado essa hipótese. Naturalmente, a Câmara Municipal de Almada vai respeitar toda a legislação que existe sobre este assunto e esta legislação é recente, a legislação é de fevereiro de 2018, e respeita a questões do risco eventual, e, portanto, naturalmente tudo isso será acautelado.

Quanto à questão do debate. Como é nosso princípio, debateremos amplamente toda esta questão, naturalmente convidando os Senhores para integrarem essa discussão.

Passaria à resposta à questão do Bloco de Esquerda, dando nota que relativamente à questão do RGPD – Regime Geral de Proteção de Dados, à formação que já decorreu sobre este assunto e vamos continuar a fazer formação. É um assunto muitíssimo exigente, complexo, talvez excessivo aqui ou ali, mas que sendo legislação teremos que naturalmente cumprir. Colocou também, ou referiu a questão da estrutura da equipa informática. A equipa informática da autarquia neste momento tem um misto, mais ou menos equilibrado, de funcionários da autarquia e outros funcionários que recorremos em regime de *outsourcing*. O *outsourcing* é um recurso que é importante em função do carácter específico e em permanente transformação das questões informáticas, portanto, achamos ter aqui um equilíbrio entre uma estrutura endógena e algum apoio externo que possa ajudar a vencer novos desafios, é importante.

A questão sobre a estrutura dos sites municipais, está neste momento em curso a sua revisão, está a ser preparado todo o procedimento para a sua renovação, que acompanhará também uma estratégia de comunicação da autarquia inovadora, naturalmente o acesso ao site pela via das plataformas móveis, dos dispositivos moveis, será contemplado.

As questões do Flexibus tem sido um problema, de facto, não propriamente a venda dos bilhetes, mas a circulação. Temos um equipamento que tem estado pela sua antiguidade, com limitações na sua circulação, não é possível naturalmente vender bilhetes para essa utilização.

O Estudo de Impacto da Sovena, foi apresentado em reunião de Câmara, do impacto ambiental, e, naturalmente, teremos todo o gosto em facultar esta Informação.

A questão colocada pela CDU relativamente ao Presídio, gostaria de dar nota que aquilo que estamos a desenvolver neste momento, é trazer para a Trafaria, não só para o Presídio, mas ancorando no Presídio, um ecossistema diverso ao nível da inovação, da criatividade, que vai juntar por um lado, estruturas na área



das tecnologias, e estruturas, quando falo aqui associativas e/ou empresariais, mas também um projeto na área da formação superior no âmbito da arte e tecnologia. Portanto, são os contatos que temos tido, os contatos estão em fase ainda prematura, mas são já firmes, são já com estruturas de ensino que são absolutamente reconhecidas, e eu depois se for necessário, penso que se pode ainda dizer que estamos a desenvolver contactos que merecem ainda alguma reserva, mas que estamos no bom caminho, neste caminho, de trazer para a Trafaria alguma diversidade de atividades económicas que permitam também introduzir heterogeneidade social naquele território.

Relativamente à questão que foi colocada pelo PAN, e pelo Bloco de Esquerda, face à questão da Roda Gigante. Sim, foi uma questão que foi apresentada, há um investidor muito interessado num projeto deste tipo, todas as questões ambientais e não só, também de enquadramento e das limitações que temos dos instrumentos de regulamentação do território serão naturalmente acauteladas. Estes contactos não estão ainda estádio de nós podermos dizer que é um projeto que é um projeto que vá avançar.

A questão das hortas. Temos casos diferentes de hortas, as do Laranjeiro serão vinte um talhões que estão numa fase que temos ainda algumas dúvidas quanto ao concurso e ao facto da capacidade da implementação tão rápida quanto queríamos, mas é um projeto que naturalmente queremos reforçar porque achamos que é de uma enorme utilidade para o Concelho.

E eu ficava-me por aqui, aguardando novas questões.”

6.2.2.13 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a matéria que está em apreciação, Senhor Presidente em exercício, a CDU desconhece por completo qualquer decisão do Tribunal, de qualquer Tribunal, relativamente à questão da instalação da Linha de Muito Alta tensão, no nosso Concelho. Conhecemos uma Deliberação da Assembleia Municipal, no sentido de suspender processos judiciais que estavam em curso, não conhecemos nenhuma decisão do Tribunal. O que, a ter acontecido, não podemos deixar de lamentar que a Assembleia Municipal não tenha sido informada. Portanto, estranhámos a informação que aqui nos deu relativamente a esta matéria. De qualquer forma, as questões que colocamos, continuam por responder na nossa opinião, e, portanto, iremos insistir através de uma pergunta escrita à Câmara.

Relativamente ao Senhor Deputado Ivan Gonçalves. Nós compreendemos perfeitamente o seu nervosismo Senhor Deputado Municipal, porque de facto, o caminho que o Governo está a adotar com os acordos sucessivos à direita, e não venha falar dos partidos à sua esquerda, porque o Partido Socialista tem feito acordos é à direita, ainda ontem na Assembleia da República, a propósito da Segurança Social, o fez uma vez mais. Mas dizia que esses acordos à direita obrigam necessariamente as forças políticas que encaram o



problema do desenvolvimento com outros olhos e de outra forma, a divergirem do Partido Socialista. Isto é perfeitamente natural e compreensível. Não percebo, qual é o espanto e qual é o nervosismo que isso provoca no Senhor Deputado Ivan Gonçalves. Não fosse esta política do Partido Socialista, e provavelmente este problema não se colocaria. Porque a questão é esta, e é por isso que o Senhor deputado Ivan Gonçalves tentou ontem, e voltou a tentar hoje, colocar na nossa boca coisas que nós nunca dissemos, nem nunca diremos. Nunca nos irá ouvir dizer, aquilo que o Senhor nos atribui aqui, nem relativamente à saúde, nem relativamente a outras questões de desenvolvimento deste país. Dou-lhe só uma sugestão Senhor Deputado, não vá por esse caminho, não vá porque ele é muito sinuoso e a paisagem é muito feia. E, olhe que, como diz a sabedoria do povo, que é mesmo sábia, deixe-se lá de tentar virar o bico ao prego.”

6.2.2.14 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar nota à bancada da CDU e ao Senhor Deputado Municipal João Gerales, relativamente à questão da Linha de Muito Alta Tensão na Charneca de Caparica. Dizer-lhe que na Charneca de Caparica, nós sabemos o que é se passou desde 2005, foi até um Presidente de Junta do Partido Socialista que levantou a questão, mas já passaram doze anos. E é necessário, parece-me a min, encontrar uma alternativa, desde que o Decreto-Lei 11/2018, entrou em vigor, entrou já há uns meses, é necessário encontrar alternativa para responder àquilo que são os desejos ali plasmados. Portanto, o que é que a Câmara de Almada deve fazer, e eu tenho a certeza que vai fazer, nem podia ser de outra maneira, é cumprir a Lei. Nós vivemos num Estado de Direito, com regras, tem que cumprir a Lei. Tem que cumprir a Lei, e o Regulamento de Licenças Elétricas define quais é que são. Eu tenho a certeza, não está cá a Senhora Presidente, mas está o Senhor Vice-Presidente em representação, mas isso irá acontecer, relativamente à avaliação dos campos eletromagnéticos, qual é o melhor traçado. Mas o que me parece também relevante nisto, é que o cerne da questão de levantamento das Linhas de Muito alta Tensão, na Charneca de Caparica, para a CDU e para o Senhor Deputado, o cerne da questão não são os campos eletromagnéticos, são outros. O seu problema é outra questão. Mas, teremos tempo, depois, na fase do debate, perceber e explicar-lhe bem, qual é que é o problema da Linha de Muito Alta Tensão.”

6.2.2.15 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria só dizer que não estou minimamente nervoso. Agora, há uma coisa que me preocupa. Eu acho que o trabalho que tem vindo a ser feito por este Governo, com o apoio dos restantes Partidos da Esquerda Parlamentar, é um trabalho muito positivo e é um trabalho positivo para o país. O país está hoje melhor do que estava há três anos, mas sendo um trabalho positivo, e que foi alicerçado naquilo que tem sido uma



colaboração entre os vários Partidos, com cedências naturalmente, parece-me que, extremar posições quando nós falamos destas matérias, nomeadamente com esta tentativa (reafirmo) dos Partidos, nomeadamente dos dois maiores Partidos, que estão à Esquerda do Partido Socialista, de tentar mostrar divisões que são, no meu entender, artificiais, aquilo que temos hoje em dia, é que parece que há um problema quando não há. Isso a mim preocupa-me, como é obvio que sim, porque acho que isso coloca em causa aquilo que é o futuro do nosso país e o futuro daquilo que são acordos, que eu acho que têm feito muito bem ao nosso país. E, Senhor Deputado, se me vai falar de acordos à Direita, quem se juntou à Direita, para baixar impostos com um valor superior a 300.000.000.00€ (trezentos milhões de euros), que podiam ser usados na melhoria dos serviços públicos, que ainda para mais com diplomas que são, ao que parece, inconstitucionais, quem o fez não foi o Partido Socialista. E, portanto, não apontará, não encontrará nada, que este Governo tenha feito, que não constasse do Programa do Governo inicial, tendo em conta, naturalmente, que o Programa do Governo não é o Programa do Governo do Partido Comunista Português, não é dos Verdes, não é do Bloco de Esquerda, é o Programa do Governo do Partido Socialista. E, portanto, naturalmente, os Partidos que estão à Esquerda do Partido Socialista, há coisas com as quais não concordam. Agora, acusar-se o Partido Socialista desses mesmos acordos à Direita, ou o que seja, não. Aquilo que temos são as nossas posições, e naturalmente se há Partidos que concordam com eles, aliás, há questões que são estruturais do nosso país e que está no Programa do Governo que devem ser feitos com dois terços dos Deputados. Está no Programa do Governo, as questões que são estruturais desde o início que o Partido Socialista assumiu, tudo o que for feito por mais de uma legislatura, deve ser feito com o maior consenso possível. E, portanto, é isso que tem vindo a ser prosseguido. E, portanto, eu não estou, sinceramente, confesso, não estou nervoso, estou preocupado, mas também me parece que essa crispação artificial passará a partir do momento em que as eleições de 2019 se derem por concluídas, porque a partir daí necessariamente há um trabalho que é preciso fazer, e há um trabalho que é preciso fazer, entre todos os Partidos da Esquerda Portuguesa, o Partido Socialista, e os restantes.”

6.2.2.16 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, dizer o seguinte: nós reafirmamos, compreendemos o nervosismo do Partido Socialista e do Senhor Deputado Ivan Gonçalves, que é evidente, não vale a pena disfarçar-lo. Já percebemos também que não vão desviar-se deste caminho. E, portanto, lamentar que o Senhor Deputado Ivan Gonçalves insista seguir um caminho tortuoso e de paisagem muito feia.”

6.2.2.17 - O Senhor Vice-Presidente da Câmara Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Uma das questões da Senhora Deputada Municipal do PAN, que ficou por responder, dizia respeito às normas de estacionamento, e eu desconheço o que é que efetivamente atrasou este processo, mas recebi informações de que a sua resolução estará para breve, e que também é uma coisa que nos preocupa resolver.

Relativamente e ainda falando das questões da REN. O processo foi um processo judicial que seguiu caminho, tanto quanto sabemos houve até algum envolvimento por parte dos SMAS, também neste processo, nomeadamente ao nível do apoio jurídico, mas eu creio que teremos todo o gosto em responder por escrito de forma detalhada, às questões que são colocadas. Mas, gostaria de dar nota que as evidências, e estas coisas devem basear-se em evidências, os estudos que existem e hoje os processos e sistemas de cabelagem, percebemos algum nervosismo, garantem a segurança das pessoas, que é a nossa primeira preocupação. Portanto, tudo isto para que fique absolutamente claro, não há nenhuma dúvida, que a nossa primeira preocupação é a segurança das pessoas.”

6.3 – Entrou-se nos pontos 3.3 e 3.4 da Agenda relativo a Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre o “Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão” e sobre o “Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”.

6.3.1 – O Senhor Presidente da Assembleia informou que fora consensualizado na Conferência de Representantes que a discussão dos pontos se faria em conjunto, embora, na votação, se votassem em separado os documentos em apreciação.

6.3.2- A apresentação das propostas foi feita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que concerne a estas duas propostas, cabe-me dizer de acordo com o nº 1 do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, que compete naturalmente, à entidade gestora, as áreas de reabilitação urbana, elaborarem anualmente um relatório de monitorização, o qual é submetido à apreciação da Assembleia Municipal. Deste modo, os presentes relatórios, procuram dar conta do exercício de gestão das operações de reabilitação da Cova da Piedade e Porto Brandão, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades. Pensamos que os relatórios apresentados, que refletem de um modo claro o panorama geral das respetivas operações de reabilitação urbana, dando-se nota de que para as ORU do Concelho à data de hoje, e só nos seis meses decorridos deste ano, já foram captados investimentos em reabilitação, na ordem dos 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil) euros. O Porto Brandão, sendo uma das ORU mais recente, tem revelado uma procura significativa de interessados em processo de reabilitação, que, a breve prazo, resultarão num



significativo incremento de obras marcantes e determinantes para o processo de alavancagem da regeneração urbana. Posso dizer que está em curso também uma candidatura para um hotel de cinco estrelas para junto da entrada da Tagol.

Na Cova da Piedade, tem-se verificado igualmente uma significativa procura, sobretudo na área do Caramujo/Romeira, que decorrendo ao não de candidaturas aos incentivos fiscais e financeiros, é já evidente no território.

Gostaria de dar nota também, que, os serviços municipais têm estado a desenvolver um trabalho muito ativo nesta área, contactando os promotores imobiliários, as pessoas que estão a adquirir património neste território, para informar, mas de uma forma muito ativa, a disponibilidade destes instrumentos de apoio financeiro.”

6.3.3- Não se registaram pedidos de palavra para o debate.

6.3.4- Verificado o quórum passou-se à votação das propostas, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.3.4.1- A proposta relativa ao Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, apreciou o Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão, relativa ao período de 19 de fevereiro de 2017 a 19 de fevereiro de 2018, e delibera aprovar os seus resultados, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de maio de 2018.

6.3.4.2 - A proposta relativa ao Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cova da Piedade foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, apreciou o Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade, relativa ao período de 19 de fevereiro de 2017 a 19 de fevereiro de 2018, e delibera aprovar os seus resultados, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de maio de 2018.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4 – Entrou-se no ponto 3.5 da Agenda relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Almada relativas ao ano de 2017.

6.4.1 - A apresentação das propostas foi feita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais estabelecido na Lei 73/213, de 3 de setembro determina no nº 1, do artigo 75º, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na Lei, a obrigatoriedade da consolidação de contas com entidades detidas ou participadas. A apresentação de contas consolidadas visa apresentar as contas de um grupo, neste caso constituído pelo Município de Almada, SMAS, ECALMA, AGENEAL, NOVALMADAVELHA, ARRIBATEJO, como se de uma única entidade se tratasse, sendo elaboradas as respetivas demonstrações financeiras e procurando dar uma visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma, efetuar a análise integrada da posição financeira e a avaliação das políticas públicas locais.

Ainda no atrás citado diploma, definida a abrangência do grupo autárquico, composto pelo Município e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade afim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente aos Serviços Municipalizados, os SMAS, pela detenção total. A entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais, ECALMA detida a 100% pelo Município, e relativamente a entidades de outra natureza pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e do resultado, A AGENEAL, NOVALMADAVELHA e ARRIBATEJO. Os balanços das contas individuais antes da consolidação revelaram os seguintes pesos nesta estrutura: Município 84,4%, SMAS 15,2%, ECALMA 0,15%, AGENEAL 0,07%, ARRIBATEJO 0,14%, NOVALMADAVELHA 0,09%.

O documento penso que também é razoavelmente claro, ainda assim, se for necessário prestar algum esclarecimento, terei todo o gosto em fazê-lo.”

6.4.2 - Não se registaram pedidos de palavra para o debate.

6.4.3- Verificado o quórum passou-se à votação das propostas, tendo sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do artigo 76º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e da alínea I), nº 2, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou os



Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município referente ao exercício do ano de 2017, e delibera aprová-los, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de junho de 2018.

6.5 - Entrou-se no ponto 3.6 da Agenda relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal para nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município, para o período de 2017 a 2021.

6.5.1 - A apresentação das propostas foi feita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados Municipais;

Foi aprovado em reunião de Câmara, no âmbito do procedimento por concurso público, a adjudicação e a prestação do serviço de auditoria, revisão decorrente no nº 3, Salgueiro Martins & Associados, pela proposta de valor global de 28.000,75€ (vinte e oito mil euros e setenta e cinco cêntimos), ao qual acresce a taxa legal em vigor, perfazendo o valor total de 34.440,92€ (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta euros e noventa e dois cêntimos), dos termos do Relatório Final do Júri do procedimento. Importa agora, que este órgão nos termos do disposto no artigo 33º, nº 1, alíneas ccc) da Lei 75/2013 de 12 de setembro, nomear a referida Salgueiro Martins & Associados, como Auditor Externo do Município para o período de 2017 a 2021.”

6.5.2 - Não se registaram pedidos de palavra para o debate.

6.5.3- Verificado o quórum passou-se à votação das propostas, tendo sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e da alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação de Salgueiro Martins & Associado, SROC, Lda. como auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município, para o período de 2017 a 2021, nas condições precisas da deliberação camarária de 20 de junho de 2018.

7 – Foi concluída a Ordem de Trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião eram 23h 40m, do dia 29 de junho de 2018.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Vereador João Couvaneiro, e dos/as Senhores/as Vereadores/as Filipe Pacheco, Rui Carvalheira, Miguel Salvado, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, António Matos, Tiago Galveias, Cláudia Alves e Luís Filipe Pereira.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da Ricochete Filmes e de cerca de 15 Senhores Munícipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *J. J. C.*

O 1º SECRETÁRIO _____ *Paulo Silva*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Ana Paula Silva*